

**DECLARAÇÃO DE PARENTESCO FUNCIONAL**

**SERVIDOR**

CPF	NOME COMPLETO (SEM ABREVIATURAS)
LOTAÇÃO (SECRETARIA OU AUTARQUIA)	
TIPO DE VÍNCULO FUNCIONAL <input type="radio"/> Efetivo, ocupante de cargo em comissão ou de confiança. (Função de Confiança) <input type="radio"/> Somente ocupante de cargo em comissão. (DCA, DTI ou AGP) <input type="radio"/> Servidor de outra esfera de Poder, ocupante de cargo em comissão, de confiança ou função gratificada. (FAS) <input type="radio"/> Diretor de Escola, Diretor Adjunto ou Secretário de Escola. (DE, DA ou SE) <input type="radio"/> Prefeito e Vice-prefeito.	
DESCRIÇÃO DO CARGO	

**DECLARAÇÃO**

RELAÇÃO DE PARENTESCO Relação de parentes cuja nomeação é vedada pela Súmula Vinculante nº 13, do Supremo Tribunal Federal - STF:  - esposa ou esposo (inclusive companheiro e companheira); - descendentes: filho(a), neto(a) e bisneto(a); - ascendentes: pai, mãe, avós, bisavós; - parentes colaterais: irmão, irmã, tio(a) e sobrinho(a); - por afinidade: genro/nora e parente do(a) esposo(a)/companheiro(a): pai, mãe, padrasto, madrasta, filho(a), avós, bisavós, irmão(ã), tio(a) e sobrinho(a).  Possui no âmbito da Administração Pública Municipal, Direta e Indireta, vínculos familiares, na qualidade de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, nos termos do Código Civil. <input type="radio"/> NÃO <input type="radio"/> SIM (identifique-os abaixo)			
NOME DO PARENTE	CARGO	PARENTESCO (conforme relação acima)	LOTAÇÃO (Secretaria ou Autarquia)
Declaro, sob as penas previstas no artigo 299, do Decreto-Lei nº 2.848, de 07.12.1940 (Código Penal), que as informações constantes neste formulário expressam a verdade e por elas me responsabilizo.			
____/____/____	ASSINATURA		

**OBSERVAÇÃO**

EMBASAMENTO LEGAL - Súmula Vinculante nº 13, publicada pelo STF: - Decreto n. 13.610, de 17 de agosto de 2018. - Código Penal - Falsidade Ideológica: "Art. 299. Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante". Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa, se o documento é público, e reclusão de 01 (um) a 03 (três) anos e multa, se o documento é particular. Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.
---